

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO EXE N° 011/2026**

**MENOR PREÇO – CONTRATO**

O Município de Caçu, Estado de Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021](#), e demais legislação aplicável, e de acordo com as normas e condições fixadas neste instrumento, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, DE NATUREZA CONTÍNUA, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E INSTITUCIONAL, INCLUINDO A GESTÃO DE REDES SOCIAIS OFICIAIS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL (TEXTUAL, GRÁFICO E AUDIOVISUAL), COBERTURA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, MONITORAMENTO E ANÁLISE DE MÍDIAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇU/GO, demais condições constantes no ANEXO I deste edital os seus Anexos, conforme cronograma abaixo:

<b>15/05/2026</b>	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE <a href="https://www.licitanet.com.br/">(https://www.licitanet.com.br/)</a>
<b>01/06/2026 às 08:h59min</b>	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS <a href="https://www.licitanet.com.br/">(https://www.licitanet.com.br/)</a>
<b>01/06/2026 às 09:h00min</b>	ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS <a href="https://www.licitanet.com.br/">(https://www.licitanet.com.br/)</a>
Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES <a href="https://www.licitanet.com.br/">(https://www.licitanet.com.br/)</a>

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

LOCAL DOS EVENTOS SUPRA: A LICITANET – Licitações On-line atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

Modo de Disputa: Aberto

Tempo de duração: 10 minutos para aberto

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da LICITANET – Licitações On-line. A utilização do sistema de pregão eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias está consubstanciada no Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET – Licitações On-line” constante na página da internet. (<https://www.licitanet.com.br/>).

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados nos seguintes endereços eletrônicos:

1. Na plataforma do Licitanet <https://www.licitanet.com.br/>
2. No link <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes>
3. No endereço de e-mail [licitacao@cacu.go.gov.br](mailto:licitacao@cacu.go.gov.br)
4. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

O fornecimento do edital será preferencialmente através do site <https://www.licitanet.com.br/> e no link <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes> independentemente de qualquer pagamento.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessários ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas nesta Licitação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00 (dez reais)**.

O encaminhamento da proposta poderá ocorrer até o dia **01/06/2026** no horário limite de início da sessão pública. Durante esse período, o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, DE NATUREZA CONTÍNUA, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E INSTITUCIONAL, INCLUINDO A GESTÃO DE REDES SOCIAIS OFICIAIS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL (TEXTUAL, GRÁFICO E AUDIOVISUAL), COBERTURA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, MONITORAMENTO E ANÁLISE DE MÍDIAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇU/GO, de acordo com as especificações técnicas no termo de referência, constante do ANEXO I e a seguir:

1.2. Os proponentes deverão apresentar proposta com preço unitário em Reais. No valor deverão estar incluídas a carga tributária, o frete, carga, descarga, segura e todas as despesas incidentes, que correrão à conta do licitante.

1.3. O valor unitário estimado para cada item consta no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no site <https://www.licitanet.com.br/> e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão às últimas.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

2.1. A presente licitação é **EXCLUSIVA para as empresas ME/EPP** interessadas do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências constantes deste instrumento, nos termos da LC 123/00, **para os itens desta licitação cujo valor total não ultrapassem a quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e de ampla concorrência para demais**, e que estejam previamente credenciadas na plataforma [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

a) Por ocasião da participação na licitação referente aos **itens de ampla concorrência nos termos do item anterior**, será assegurado às microempresas – ME e empresas de pequeno porte – EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.

### **2.2. O Licitante deverá informar em campo próprio da plataforma LICITANET - Licitações online a condição da empresa caso ela seja ME/EPP.**

2.2.1. Caso, até o encerramento do prazo de recebimento das propostas, não haja pelo menos 3 (três) propostas válidas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte devidamente habilitadas no sistema, a presente licitação passará a admitir, em caráter excepcional, a participação de empresas que não se enquadrem como ME ou EPP, nos termos art. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006, visando garantir a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.3. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal, que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração municipal, estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCUPlenário).

2.4. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, integrado por no máximo 2 (duas) empresas, observadas, sem prejuízo ao disposto no artigo 15 da Lei 14.133/2021, as seguintes normas:

- a) comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, fixadas no edital;
- c) apresentação dos documentos exigidos no edital, por parte de cada consorciado, admitindo e, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexistente este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;

d) impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

f) no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no subitem “b” do item 4.3.1;

g) O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do art. 15, § 3º da Lei 14.133/21, bem como do compromisso referido no subitem “a” do item 4.3.1.

2.4.1. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

2.4.2. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato referente a esta licitação, o instrumento de constituição do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo, e registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste edital.

2.4.3. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto desta licitação, até seu recebimento definitivo.

2.4.4. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização da Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

2.4.5. Os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes.

2.5. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo da licitante, que pagará a LICITANET – Licitações On-line, provedora do Sistema Eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

2.6. As licitantes poderão optar pelo credenciamento por intermédio de corretoras associadas ou diretamente no site da bolsa.

2.7. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

### 3. DA FORMA DE JULGAMENTO E DO ACESSO AO EDITAL

3.1. Para o julgamento das propostas, será considerada vencedora a proposta da licitante que ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

3.2. Os interessados em participar deste Pregão poderão examinar e adquirir o respectivo edital no Setor de Licitações e Contratos, situado na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Manoel Franco, nº 695, Bairro Morada dos Sonhos, das 8:00 as 11:00, e 13:00 às 17:00 horas, ou nos links: <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes> OU <https://www.licitanet.com.br/>.

### 4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar edital de licitação, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame, o requerimento deverá ser acompanhado **de registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com documentos pessoais dos integrantes do quadro administrativo de representação da licitante.**

4.1.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição interposta, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da ata de recebimento da impugnação ou pedido de esclarecimento, limitando ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão eletrônico, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

4.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4.4. Não será aceita em hipótese alguma petição contra o ato convocatório sem assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

4.5. O pedido de impugnação, bem como a sua decisão, deverão ser no sistema, antes da data e horários previstos para abertura da sessão pública e estarão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>, para consulta dos fornecedores e da sociedade.

## **5. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

5.1. O certame será conduzido pela pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 5.1.1. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- 5.1.2. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- 5.1.3. Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 5.1.4. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- 5.1.5. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- 5.1.6. Indicar o vencedor do certame;
- 5.1.7. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 5.1.8. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- 5.1.9. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

## **6. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL LICITANET**

6.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

6.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou email, disponíveis no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema LICITANET - Licitações online poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2.2. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo email [contato@licitanet.com.br](mailto:contato@licitanet.com.br).



## 7. DA PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES

7.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços (sem qualquer informação que identifique o licitante) por meio do sistema eletrônico no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação".

7.1.1. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definidos, conforme indicação neste edital.

7.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. Caso haja desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via "chat" do sistema eletrônico, onde será designado novo horário para a continuidade da sessão.

7.4. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, o pregoeiro designará novo horário ou, se necessário, novo dia, para a continuidade do certame.

7.5. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal "<https://www.licitanet.com.br/>", que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

## 8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. As propostas encaminhadas terão prazo de validade de **60 (sessenta) dias** consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

8.2.1. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

8.2.1.1. Os objetos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

8.2.1.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o VALOR TOTAL do lote OU VALOR UNITÁRIO.

8.3. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher os campos apropriados do sistema da LICITANET, SENDO VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE POR QUALQUER MEIO.

8.3.1. Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma LICITANET - Licitações online.

8.3.2. O licitante deverá apresentar a PROPOSTA (sem elementos que o identifique).

8.4. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre os serviços licitados.

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.1.1. O(A) Pregoeiro(a) pode suspender a sessão para visualizar e analisar preliminarmente as propostas ofertadas, inseridas no sistema eletrônico, confrontando as características com as exigências do edital e seus anexos, podendo desclassificar, de forma justificada, aquelas que não atendam as conformidades, sejam omissas ou apresente irregularidades insanáveis.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15s (quinze segundos) após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 min (dez minutos) e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 min (dois minutos) e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 hs (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, identificado, conforme assinalado no campo do sistema LICITANET o porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 min (cinco minutos) controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; 9.20.2.2. empresas brasileiras;

9.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 hs (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1. A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

10.2. O licitante deverá incluir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total dos itens;
- b) Marca/Modelo, (quando for o caso);
- c) Fabricante, (quando for o caso);
- d) Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

10.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- I– contiverem vícios insanáveis;
  - II– não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
  - III– apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
  - IV– não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- 10.3.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
- 10.3.2. Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV.

10.4. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM DESCLASSIFICADAS DO CERTAME PELO PREGOEIRO.

10.5. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), conforme Edital.

10.6. O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "menor preço", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por lote, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

10.7. Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

10.8.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021.

10.8.2. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos neste edital a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

10.8.3. A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

10.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.10. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

10.11. Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

**10.12. A PROPOSTA FINAL/REAJUSTADA/REALINHADA A SER ANEXADA EM CAMPO PRÓPRIO NO SISTEMA ELETRÔNICO DEVERÁ SEGUIR O (ANEXO III) DO EDITAL, ATENDENDO TODAS AS EXIGÊNCIAS.**

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 10 (dez) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

11.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

11.4. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

11.5. A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

### **11.5.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) **registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor** acompanhado da última alteração, se houver, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores, devendo o objeto social ser compatível com o objeto da licitação;

b.1) Em se tratando de alteração consolidada, esta deverá conter todas as cláusulas atribuídas por lei, em vigor, neste caso não será necessária a apresentação do primeiro contrato social.

b.1.1) Se a alteração consolidada encontrar-se desatualizada, o interessado deverá juntar, além desta, as modificações posteriores.

b.1.2) Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

c) **decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ato de registro ou autorização para funcionamento** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS.: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **11.5.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do **CNPJ**;

- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou a sede do licitante, quando couber;
- c) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal** (certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união), **Estadual e Municipal**, esta última da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - **FGTS**, através de Certificado de Regularidade Fiscal emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

#### 11.5.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) **Certidão Negativa de Falência da pessoa jurídica**, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) ou extraída do sítio eletrônico do Poder Judiciário, **da sede do licitante**, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias.

a.1) Caso o licitante tenha interesse, poderá apresentar a Certidão Judicial Cível de 1ª instância, extraída do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, do qual conste a ausência de distribuição de ação cível falimentar em substituição à Certidão Negativa de Falência prevista na alínea "a".

a.2) Caso a certidão de falência conste como positiva, a empresa deverá apresentar certidão de objeto e pé comprovando o estado em que o procedimento judicial se encontra, especialmente para fins de comprovação da não ocorrência do trânsito em julgado.

#### 11.5.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado**, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas no Termo de Referência do Edital, devendo ser apresentado em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras, constando os dados da empresa contratada.

#### 11.5.5. DEMAIS DOCUMENTOS

- a) Declaração conjunta **Anexo II** expressa, de que o licitante:

(a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);

(b) atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei (inciso I do Art. 63 da Lei 14.133/2021);

(c) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;

(d) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

(e) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021);

f) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, (§1º do Art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021).

b) Declaração conjunta **Anexo II** expressa, de que o licitante

a) Se a licitante participante for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá apresentar também a Certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a sua inscrição, de Microempreendedor Individual - CCMEI, conforme art. 13 da Instrução Normativa nº 20 do DREI ou a Declaração de Microempreendedor Individual.

b) Se o licitante participante for Microempreendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

11.6. Os documentos que não tiverem data de validade serão considerados válidos se emitidos nos **60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes**, COM EXCEÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: CNPJ, prova de inscrição no cadastro dos contribuintes municipal e/ou estadual, os comprovatórios da habilitação jurídica, ou quando for o caso.

11.7. Às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte serão aplicadas as disposições da Lei Complementar nº 123/06, conforme item 25 deste edital.

11.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.8.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

11.8.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e, uma vez constatada a existência de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresas ou de empresas de pequeno porte que tenham formalizado solicitação para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, será assegurado às mesmas empresas o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for adjudicado vencedor do certame e/ou comunicado pelo pregoeiro, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.8.3 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei Federal 8666/93, sendo facultado ao Município de Caçu convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou anular a licitação.

11.9. A habilitação será verificada através do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos.

11.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



11.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no HABILITANET serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.11.2. Na hipótese da Administração optar os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.12. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e 11.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.11.

11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.17. Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo licitatório.

11.17. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais.

11.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital o licitante será declarado provisoriamente em primeiro lugar.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.**

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que acarrete na anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## 14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão de eventuais recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



## 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
<b>01.64.24.131.0658.2.022 (162/2026) –</b> MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. <b>3.3.90.40.17 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA</b> INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) – PESSOA JURÍDICA.	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

## 16. DAS CONTRATAÇÕES

16.1. A contratação será representada pelo contrato, Nota de Empenho (NE) ou pela Ordem de Fornecimento, nos termos do disposto no art. 95 da Lei n.º 14.133/2021. A emissão de ordem de fornecimento dependerá de manifestação expressa de existência de recursos financeiros pela Tesouraria do FMS.

16.2. Os fornecedores serão obrigados a retirar a Nota de Empenho ou a Ordem de Fornecimento que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e no próprio Contrato.

16.3. Para instruir a formalização da Nota de Empenho, a Contratada deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, juntamente com a Nota Fiscal, as Certidões Negativas de Débitos relativas a Contribuições Previdenciárias ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou com efeito equivalente.

16.4. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

16.5. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

16.6. Correrão por conta da licitante vencedora às despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato.

## 17. DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME

17.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

17.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação deste procedimento licitatório.

## 18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FORNECIMENTO

18.1. Compromete-se a contratada a fornecer o objeto a ser entregue de acordo com a requisição do Departamento competente.

18.2. Os serviços serão executados de forma híbrida (remota e presencial), compreendendo atividades realizadas à distância e suporte presencial nas dependências da Prefeitura Municipal de Caçu/GO e/ou nos locais onde ocorrerem eventos institucionais, conforme demandas da Administração.

18.3. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, mediante planejamento prévio e alinhamento periódico entre a contratada e a contratante, de modo a assegurar a qualidade, padronização e tempestividade das entregas.

18.4. O suporte presencial deverá ser realizado, no mínimo, três (03) vezes por semana, em dias a serem definidos em conjunto com a Administração, podendo ser ajustado conforme a necessidade do serviço, especialmente em períodos de maior demanda ou realização de eventos institucionais.

18.5. A prestação dos serviços, inclusive no que se refere ao suporte presencial previsto neste Termo de Referência, não caracteriza vínculo empregatício nem subordinação direta entre os profissionais da contratada e a Administração Pública, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade pela gestão, supervisão, direção técnica e disciplinar de sua equipe, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução contratual.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva prestação dos serviços e mediante ateste do fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente protocolada e aceita pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Caçu/GO.

19.1.1. O pagamento estará condicionado à verificação da regular execução dos serviços no período de referência, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

19.1.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, transferência eletrônica ou outro meio autorizado, em conta de titularidade da contratada.

19.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente:

- a descrição detalhada dos serviços prestados;
- o período de execução (mês de referência);
- a identificação do contrato administrativo correspondente.

19.2.1. A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS, atualizados.

19.3. Havendo erro, inconsistência ou irregularidade na documentação fiscal apresentada, o prazo para pagamento ficará suspenso, reiniciando-se a contagem a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada, sem ônus para a Administração.

19.4. O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação vigente.

19.5. Não incidirão juros de mora ou correção monetária se a Contratada der causa para que o pagamento não possa ser realizado pela Administração.

19.5.1. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, esses serão restituídos a licitante vencedora para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

19.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

19.7. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

19.8. Tratando-se de consórcio, o pagamento será efetuado em Banco, Agência e Conta em nome e CNPJ deste, bem como na Nota Fiscal constará os dados do Consórcio, e o percentual de cada empresa consorciada, conforme discriminado no Ato Constitutivo.

## **20. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

20.1. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro no contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o fornecedor contratado em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento.

## **21. DAS PENALIDADES**

21.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Caçu e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de Caçu, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;

21.1.3. Apresentar documentação falsa;

21.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;

21.1.5. Não manter a proposta;

21.1.6. Falhar na execução do contrato;

21.1.7. Fraudar a execução do contrato;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

21.1.9. Declarar informações falsas; e

21.1.10. Cometer fraude fiscal.

21.2. Aplicam-se as sanções previstas no item acima a todos os licitantes que forem porventura convocados durante a licitação.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 494 de 2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

21.6. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

21.7. Advertência;

21.7.1. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso/recusa, até o decimo dia, na entrega do material/produto/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material/produto encaminhada pela Administração;

21.7.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de mora por inexecução parcial do objeto contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial;

21.7.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inadimplência total;

21.8. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Caçu, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

21.9. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;



- 21.10. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;
- 21.11. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.
- 21.12. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.
- 21.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município e no SICAF.

## **22. DAS RESPONSABILIDADES**

22.1. Será de responsabilidade da empresa Contratada:

- 22.1.1. Executar integralmente os serviços contratados, em conformidade com este Termo de Referência e o contrato administrativo;
- 22.1.2. Planejar, organizar e executar as atividades de comunicação institucional de forma contínua, garantindo qualidade técnica, padronização e alinhamento às diretrizes da Administração;
- 22.1.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada, com profissionais aptos à execução dos serviços contratados;
- 22.1.4. Realizar suporte presencial mínimo de três (03) vezes por semana, conforme definido neste Termo de Referência, sem prejuízo de atendimentos extraordinários quando demandado;
- 22.1.5. Produzir conteúdo institucionais observando a identidade visual, linguagem oficial e orientações da contratante;
- 22.1.6. Realizar a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos institucionais, com edição e entrega do material em prazo compatível com a demanda;
- 22.1.7. Executar o monitoramento da presença digital do Município, com acompanhamento de métricas, engajamento e menções públicas;
- 22.1.8. Apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo dados analíticos, indicadores e avaliação dos resultados;
- 22.1.9. Atender às solicitações da contratante dentro de prazos razoáveis, previamente alinhados, garantindo a tempestividade das entregas;
- 22.1.10. Corrigir, às suas expensas e de forma imediata, falhas ou inadequações apontadas pela fiscalização;
- 22.1.11. Disponibilizar, às suas expensas, todos os equipamentos, softwares, recursos tecnológicos e insumos necessários à execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, câmeras, sistemas de captação audiovisual e aeronaves remotamente pilotadas (drones), responsabilizando-se integralmente por sua operação, manutenção, substituição e regularidade de uso, não cabendo à Administração qualquer ônus, responsabilidade ou fornecimento de tais meios, ainda que em caso de falhas, indisponibilidade, danos ou necessidade de reposição;
- 22.1.12. A contratada será integralmente responsável pelo atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis à utilização de equipamentos específicos, inclusive no caso de uso de aeronaves remotamente pilotadas (drones), não recaindo sobre a Administração qualquer responsabilidade decorrente de seu uso;

- 22.1.13. Arcar com todos os custos necessários à execução contratual, incluindo deslocamentos, logística, tributos e encargos;
- 22.1.14. Manter canal de comunicação ativo e responsivo com a Administração;
- 22.1.15. Não transferir a terceiros a execução do objeto sem autorização prévia da Administração;
- 22.1.16. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- 22.1.17. Manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;
- 22.1.18. Cumprir a legislação aplicável, inclusive normas de segurança do trabalho e proteção de dados;
- 22.1.19. Responsabilizar-se integralmente pela gestão de sua equipe, não havendo vínculo com a Administração;
- 22.1.20. Ceder à Administração, sem ônus adicional, os direitos de uso, reprodução e divulgação dos conteúdos produzidos no âmbito do contrato;
- 22.1.21. Aceitar acréscimos ou supressões contratuais, nos limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 22.1.22. Outras obrigações constantes do Termo de Referência.

## **22.2. Será de responsabilidade do Contratante:**

- 22.2.1. Encaminhar a Ordem de Fornecimento à Contratada de acordo com as suas necessidades;
- 22.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado;
- 22.2.3. Receber e atestar os serviços executados, conforme critérios estabelecidos;
- 22.2.4. Efetuar o pagamento nos prazos e condições previstos;
- 22.2.5. Fornecer informações, diretrizes e orientações necessárias à execução dos serviços;
- 22.2.6. Disponibilizar acesso aos locais e às informações necessárias para execução das atividades presenciais;
- 22.2.7. Notificar a contratada sobre irregularidades, fixando prazo para correção;
- 22.2.8. Rejeitar serviços em desacordo com o contrato;
- 22.2.9. Realizar reuniões de alinhamento sempre que necessário;
- 22.2.10. Definir diretrizes institucionais de comunicação e validar conteúdos estratégicos, quando necessário;
- 22.2.11. Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para fabricantes, representantes ou terceiros.

## **23. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

- 23.1. A fiscalização e gestão do fornecimento serão da Secretaria Municipal Requisitante, por intermédio do fiscal e gestor indicado conforme Anexo I.
- 23.2. A existência da fiscalização não eximirá a Contratada de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para o fornecimento.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 24.1. A simples participação na presente licitação, caracterizada pela inscrição e credenciamento para participar do pregão, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório e seus anexos caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.
- 24.2. A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade

de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado; ou, caso tenha sido a vencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.3. Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

24.4. As comunicações decorrentes de eventuais recursos, bem como quaisquer outras comunicações poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, dar-se-ão por meio de publicações no link <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes>

<https://www.licitanet.com.br/>

24.5. O pregoeiro, se entender conveniente ou necessário, poderá utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

24.6. As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

24.7. Muito embora os documentos estejam apresentados de forma individualizada, todos eles se completam, sendo que cada proponente deverá, para a apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como eventuais outros documentos, ao se valer do edital e anexos, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a formalização da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

24.8. O pregoeiro conforme o caso poderá, no interesse do Município de Caçu, relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometa a lisura e o caráter competitivo desta licitação.

24.9. Reserva-se ao pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

24.10. Dúvida sobre o disposto no presente Edital deverá ser objeto de consulta, dirigida o pregoeiro, no e-mail [licitacao@cacu.go.gov.br](mailto:licitacao@cacu.go.gov.br) ou no site <https://www.licitanet.com.br/>.

24.11. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para recebimento de propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.12. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicáveis.

24.13. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Caçu/GO.

24.14. É responsabilidade do Licitante, o acompanhamento de todos os andamentos do presente processo licitatório pela plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.

24.15. Constituem anexos deste Edital e dele fazendo parte integrante:

**a)ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**

**b)ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;**

**c)ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;**

**d)ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.**

## 25 - DO FORO

**25.1** - As questões decorrentes da execução deste Pregão Eletrônico, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Juízo da Comarca de Caçu, Estado de Goiás.

Caçu, 12 de maio de 2026.

---

**EULÂNIA SANTOS GUIMARÃES**  
Pregoeira – Decreto nº 032/2026

## **ANEXO I**

### **PROTOCOLO Nº 5785/2026 SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

##### **1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de comunicação institucional, de natureza contínua, compreendendo o planejamento, gestão e execução de estratégias de comunicação digital e institucional, incluindo a gestão de redes sociais oficiais, produção de conteúdo digital (textual, gráfico e audiovisual), cobertura de eventos institucionais, monitoramento e análise de mídias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Comunicação do Município de Caçu/GO, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

##### **2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação encontra fundamento na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus princípios norteadores, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e planejamento.

2.2. Nos termos do art. 18 da referida lei, as contratações públicas devem ser precedidas de adequado planejamento, com definição clara da necessidade administrativa, justificativa da contratação e descrição do objeto, elementos devidamente demonstrados neste Termo de Referência.

2.3. A presente contratação justifica-se diante da necessidade do Município de Caçu/GO em estruturar, executar e aprimorar, de forma contínua, as atividades de comunicação institucional, especialmente no ambiente digital, abrangendo a gestão de redes sociais, produção de conteúdo, cobertura de eventos e monitoramento de mídias, ações indispensáveis à adequada divulgação dos atos administrativos, programas, serviços e políticas públicas municipais.

2.4. Verifica-se que a estrutura administrativa municipal, embora disponha de setor responsável pela comunicação, não possui quantitativo suficiente de profissionais com qualificação técnica específica e multidisciplinar para atender, de forma tempestiva e eficiente, à totalidade das demandas institucionais, considerando a dinamicidade, o volume e a complexidade das atividades envolvidas.

2.5. A insuficiência de suporte técnico especializado compromete a efetividade da comunicação pública, impactando diretamente a transparência, a publicidade dos atos administrativos e a adequada interlocução entre a Administração e a população.

2.6. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada apresenta-se como medida necessária para ampliar a capacidade operacional da Administração, assegurando a execução dos serviços com qualidade técnica, padronização, continuidade e alinhamento às boas práticas de comunicação pública e às exigências dos órgãos de controle.

2.7. A adoção de modelo de execução contínua mostra-se adequada, considerando a natureza permanente das atividades de comunicação institucional, que demandam planejamento, acompanhamento sistemático e atualização constante dos canais oficiais.



2.8. Adicionalmente, a contratação contribuirá para a modernização da comunicação pública municipal, com utilização de ferramentas digitais, ampliação do alcance das ações governamentais e fortalecimento da relação entre o poder público e a sociedade.

2.9. A contratação está alinhada aos princípios da eficiência, publicidade e transparência, observando o interesse público e a adequada gestão dos recursos.

2.10. Como resultado esperado, busca-se a melhoria da qualidade da comunicação institucional, com maior alcance e efetividade das publicações, monitoramento adequado da presença digital do Município, fortalecimento da imagem institucional e ampliação da transparência pública.

### 3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇO ESTIMADO

3.1. As licitantes interessadas deverão fornecer os serviços abaixo relacionados, observadas as especificações técnicas, quantidades estimadas e valores médios admitidos pela Administração, conforme detalhamento a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	MÉDIA UNITÁRIA	MÉDIA TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, COMPREENDENDO GESTÃO DE REDES SOCIAIS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL, COBERTURA DE EVENTOS E MONITORAMENTO DE MÍDIAS.	Mês	12	R\$ 6.225,42	R\$ 74.705,04
<b>MÉDIA TOTAL ESTIMADA</b>					<b>R\$ 74.705,04</b>

3.2. Média total estimada de **R\$ 74.705,04 (Setenta e quatro mil, setecentos e cinco reais e quatro centavos)**.

### 3.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

3.3.1. Os serviços a serem contratados compreendem a execução de atividades de comunicação institucional digital e presencial, incluindo, mas não se limitando a:

a) Planejamento, criação, gestão, administração e atualização contínua das redes sociais institucionais (tais como Instagram, Facebook, YouTube, dentre outras que venham a ser utilizadas pela Administração);

b) Elaboração, produção e edição de conteúdos digitais em múltiplos formatos, incluindo textos institucionais, imagens, peças gráficas, vídeos, animações, reels e demais materiais compatíveis com as plataformas utilizadas;

c) Monitoramento sistemático da presença digital institucional, incluindo o acompanhamento de menções públicas ao Município em redes sociais, portais e demais canais digitais, com análise de engajamento e percepção pública;

d) Cobertura de eventos institucionais mediante registro fotográfico e audiovisual, com posterior tratamento, edição e disponibilização do material em formato adequado às mídias oficiais;

e) Captação de imagens aéreas, quando necessário, mediante utilização de tecnologia adequada, observada a legislação vigente aplicável;

f) Elaboração e apresentação de relatórios mensais de desempenho, contendo métricas, indicadores de alcance, engajamento, crescimento de audiência e demais dados relevantes à avaliação dos resultados;

g) Prestação de suporte presencial, no mínimo três (03) vezes por semana, nas dependências da contratante ou em locais por ela indicados, para alinhamento de demandas, captação de conteúdos e acompanhamento das ações institucionais;

- h) Execução dos serviços com utilização de todos os equipamentos, recursos tecnológicos, insumos e meios logísticos necessários, incluindo câmeras, equipamentos de captação audiovisual, softwares e, quando aplicável, aeronaves remotamente pilotadas (drone), os quais deverão ser disponibilizados e operados sob responsabilidade da contratada, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- i) Realização de todas as atividades inerentes ao objeto com plena autonomia operacional, compreendendo deslocamentos, logística de atendimento, alimentação, hospedagem e demais custos necessários à execução dos serviços, os quais deverão estar contemplados na proposta comercial.

### **3.6. FORMA PRAZO E LOCAL**

3.6.1. Os serviços serão executados de forma híbrida (remota e presencial), compreendendo atividades realizadas à distância e suporte presencial nas dependências da Prefeitura Municipal de Caçu/GO e/ou nos locais onde ocorrerem eventos institucionais, conforme demandas da Administração.

3.6.2. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, mediante planejamento prévio e alinhamento periódico entre a contratada e a contratante, de modo a assegurar a qualidade, padronização e tempestividade das entregas.

3.6.3. O suporte presencial deverá ser realizado, no mínimo, três (03) vezes por semana, em dias a serem definidos em conjunto com a Administração, podendo ser ajustado conforme a necessidade do serviço, especialmente em períodos de maior demanda ou realização de eventos institucionais.

3.6.4. A prestação dos serviços, inclusive no que se refere ao suporte presencial previsto neste Termo de Referência, não caracteriza vínculo empregatício nem subordinação direta entre os profissionais da contratada e a Administração Pública, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade pela gestão, supervisão, direção técnica e disciplinar de sua equipe, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução contratual.

### **4. GESTÃO DO CONTRATO**

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 494/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será ajustado pelo período correspondente, mediante registro formal.

4.3. As comunicações entre as partes serão realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais.

4.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências necessárias à execução contratual.

4.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento, com definição das diretrizes de execução, mecanismos de fiscalização, forma de aferição dos resultados e demais aspectos operacionais.

4.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 494/2021.

4.7. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades decorrentes da execução do objeto.

4.8. Após a assinatura do contrato, o Município poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial de alinhamento técnico, com apresentação das diretrizes e do plano de fiscalização, nos termos do art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

### **5. DA VIGÊNCIA**

5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

## **6. PRAZO DE FATURAMENTO/ PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado mensalmente, após a efetiva prestação dos serviços e mediante ateste do fiscal do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente protocolada e aceita pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Caçu/GO.

6.1.1. O pagamento estará condicionado à verificação da regular execução dos serviços no período de referência, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

6.1.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, transferência eletrônica ou outro meio autorizado, em conta de titularidade da contratada.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente:

- a descrição detalhada dos serviços prestados;
- o período de execução (mês de referência);
- a identificação do contrato administrativo correspondente.

6.3. Havendo erro, inconsistência ou irregularidade na documentação fiscal apresentada, o prazo para pagamento ficará suspenso, reiniciando-se a contagem a partir da data de sua reapresentação devidamente regularizada, sem ônus para a Administração.

6.4. O pagamento estará condicionado à manutenção das condições de habilitação da contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal e trabalhista, conforme legislação vigente.

## **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.1. Executar integralmente os serviços contratados, em conformidade com este Termo de Referência e o contrato administrativo;

7.2. Planejar, organizar e executar as atividades de comunicação institucional de forma contínua, garantindo qualidade técnica, padronização e alinhamento às diretrizes da Administração;

7.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada, com profissionais aptos à execução dos serviços contratados;

7.4. Realizar suporte presencial mínimo de três (03) vezes por semana, conforme definido neste Termo de Referência, sem prejuízo de atendimentos extraordinários quando demandado;

7.5. Produzir conteúdos institucionais observando a identidade visual, linguagem oficial e orientações da contratante;

7.6. Realizar a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos institucionais, com edição e entrega do material em prazo compatível com a demanda;

7.7. Executar o monitoramento da presença digital do Município, com acompanhamento de métricas, engajamento e menções públicas;

7.8. Apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo dados analíticos, indicadores e avaliação dos resultados;

7.9. Atender às solicitações da contratante dentro de prazos razoáveis, previamente alinhados, garantindo a tempestividade das entregas;

7.10. Corrigir, às suas expensas e de forma imediata, falhas ou inadequações apontadas pela fiscalização;

7.11. Disponibilizar, às suas expensas, todos os equipamentos, softwares, recursos tecnológicos e insumos necessários à execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, câmeras, sistemas de captação audiovisual e aeronaves remotamente pilotadas (drones), responsabilizando-se integralmente por sua operação, manutenção, substituição e regularidade de uso, não cabendo à Administração qualquer ônus, responsabilidade ou fornecimento de tais meios, ainda que em caso de falhas, indisponibilidade, danos ou necessidade de reposição;

7.11.1. A contratada será integralmente responsável pelo atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis à utilização de equipamentos específicos, inclusive no caso de uso de

aeronaves remotamente pilotadas (drones), não recaindo sobre a Administração qualquer responsabilidade decorrente de seu uso;

7.12. Arcar com todos os custos necessários à execução contratual, incluindo deslocamentos, logística, tributos e encargos;

7.13. Manter canal de comunicação ativo e responsivo com a Administração;

7.14. Não transferir a terceiros a execução do objeto sem autorização prévia da Administração;

7.15. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;

7.16. Manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;

7.17. Cumprir a legislação aplicável, inclusive normas de segurança do trabalho e proteção de dados;

7.18. Responsabilizar-se integralmente pela gestão de sua equipe, não havendo vínculo com a Administração;

7.19. Ceder à Administração, sem ônus adicional, os direitos de uso, reprodução e divulgação dos conteúdos produzidos no âmbito do contrato;

7.20. Aceitar acréscimos ou supressões contratuais, nos limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado;

8.2. Receber e atestar os serviços executados, conforme critérios estabelecidos;

8.3. Efetuar o pagamento nos prazos e condições previstos;

8.4. Fornecer informações, diretrizes e orientações necessárias à execução dos serviços;

8.5. Disponibilizar acesso aos locais e às informações necessárias para execução das atividades presenciais;

8.6. Notificar a contratada sobre irregularidades, fixando prazo para correção.

8.7. Rejeitar serviços em desacordo com o contrato;

8.8. Realizar reuniões de alinhamento sempre que necessário;

8.9. Definir diretrizes institucionais de comunicação e validar conteúdos estratégicos, quando necessário.

## **9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 494 de 2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

9.2. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso/recusa, até o decimo dia, na entrega do material/produto/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material/produto encaminhada pela Administração;

9.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de mora por inexecução parcial do objeto contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial;

9.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inadimplência total;

9.2.5. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Caçu, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

9.2.6. Ficar impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

9.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;

9.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>01.64.24.131.0658.2.022 (162/2026) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.</b> <b>3.3.90.40.17 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) – PESSOA JURÍDICA.</b>	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

## **11. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto serão realizados pela Secretaria Municipal de Comunicação do Município de Caçu/GO, por meio de servidor(es) formalmente designado(s), a quem competirá verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no respectivo contrato, bem como adotar as providências necessárias em caso de irregularidades na prestação dos serviços, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

## **12. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

12.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Comunicação do Município de Caçu/GO, na qualidade de unidade demandante, com base nas necessidades administrativas identificadas.

12.2. A elaboração observou os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada caracterização do objeto e a viabilidade da contratação.

Caçu GO, 05 de maio de 2026.

---

**LUCIMEIRE FREITAS GUIMARÃES**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO**





**ANEXO II - DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO EXE Nº.011/2026**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, e-mail \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico EXE nº. 011/2026, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);

(b) atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei (inciso I do Art. 63 da Lei 14.133/2021);

c) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;

(d) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021);

f) declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, (§1º do Art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO EXE Nº 011/2026**

**MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL/  
MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A (nome/razão social) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.  
(Local), (data)

\_\_\_\_\_  
Representante legal

**OBS.:**

- A LICITANTE É RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESTA DECLARAÇÃO.
- A INVERDADE DAS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS IMPLICARÁ NA IMEDIATA OU INABILITAÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE, OU A RESCISÃO CONTRATUAL, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, CIVIS E PENAS CABÍVEIS.

**ANEXO III**  
**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO EXE Nº 011/2026**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, DE NATUREZA CONTÍNUA, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E INSTITUCIONAL, INCLUINDO A GESTÃO DE REDES SOCIAIS OFICIAIS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL (TEXTUAL, GRÁFICO E AUDIOVISUAL), COBERTURA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, MONITORAMENTO E ANÁLISE DE MÍDIAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇU/GO.

Proponente: \_\_\_\_\_  
CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, COMPREENDENDO GESTÃO DE REDES SOCIAIS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL, COBERTURA DE EVENTOS E MONITORAMENTO DE MÍDIAS.	Mês	12			
<b>VALOR TOTAL</b>						

Total Geral (R\$): \_\_\_\_\_ ( )

**Condição de Pagamento:** de acordo com o Edital.

**Prazo de Entrega:** de acordo com o Edital.

**Validade da Proposta:** de acordo do Edital.

Obs. Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.  
(Local), (data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO EXE Nº \_\_\_\_\_/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇU E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE CAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 01.164.292/0001-60, com sede da prefeitura localizado na Rua Manoel Franco, nº 695, Bairro Morada dos Sonhos, em Caçu/GO, a seguir denominado **CONTRATANTE** neste ato representado pelo seu Gestor Municipal Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, CEP 75.813-000, Caçu/GO e a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, neste instrumento representado por seu representante legal \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, domiciliado e residente à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de fornecimento decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO EXE Nº 011/2026**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** e em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observadas as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1. O presente instrumento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, DE NATUREZA CONTÍNUA, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E INSTITUCIONAL, INCLUINDO A GESTÃO DE REDES SOCIAIS OFICIAIS, PRÓDUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL (TEXTUAL, GRÁFICO E AUDIOVISUAL), COBERTURA DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, MONITORAMENTO E ANÁLISE DE MÍDIAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAÇU/GO, conforme descrição e quantidades estimadas e relacionadas no Anexo I, do Edital do Pregão Eletrônico EXE nº 011/2026 e da Proposta da Contratada.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, COMPREENDENDO GESTÃO DE REDES SOCIAIS, PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL, COBERTURA DE EVENTOS E MONITORAMENTO DE MÍDIAS.	Mês	12			
<b>VALOR TOTAL</b>						

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS**

2.1. A vigência deste instrumento contratual será até \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO**

3. Dá-se ao presente contrato o valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.1. O Contratante se reserva o direito de aumentar ou diminuir o quantitativo dos itens adquiridos no valor correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste contrato, referido nesta Cláusula, através da formalização de Termo Aditivo.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1. O pagamento será imediato a apresentação das notas fiscais, devidamente atestada pela unidade competente, em moeda corrente nacional, via ordem bancária. A Nota Fiscal deverá constar o nº da NAF correspondente e deverá estar de acordo com a quantidade e especificação do objeto constante na Nota de Autorização de Fornecimento (NAF), documento que será entregue pela CONTRATANTE ao CONTRATADO.

4.2. A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos Negativa, relativas a débitos previdenciários, além do CRF do FGTS, todos atualizados.

4.2.1. Não incidirão juros de mora ou correção monetária se a Contratada der causa para que o pagamento não possa ser realizado pela Administração.

4.2.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, esses serão restituídos a licitante vencedora para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

4.4. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

4.7. O pagamento ocorrerá somente com a prestação total de todos os serviços constantes na Ordem de Fornecimento.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

5.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o fornecedor contratado em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento.

5.2. O reequilíbrio será precedido de solicitação do contratado, acompanhado de demonstração analítica da variação dos custos.

5.3 Para cálculo do reequilíbrio deverá ser aplicado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro que o vier a substituir.

## **CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FORNECIMENTO**

6.1. Compromete-se a contratada a fornecer o objeto a ser entregue de acordo com a requisição do Departamento competente.



6.2. Os serviços serão executados de forma híbrida (remota e presencial), compreendendo atividades realizadas à distância e suporte presencial nas dependências da Prefeitura Municipal de Caçu/GO e/ou nos locais onde ocorrerem eventos institucionais, conforme demandas da Administração.

6.3. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, mediante planejamento prévio e alinhamento periódico entre a contratada e a contratante, de modo a assegurar a qualidade, padronização e tempestividade das entregas.

6.4. O suporte presencial deverá ser realizado, no mínimo, três (03) vezes por semana, em dias a serem definidos em conjunto com a Administração, podendo ser ajustado conforme a necessidade do serviço, especialmente em períodos de maior demanda ou realização de eventos institucionais.

6.5. A prestação dos serviços, inclusive no que se refere ao suporte presencial previsto neste Termo de Referência, não caracteriza vínculo empregatício nem subordinação direta entre os profissionais da contratada e a Administração Pública, cabendo exclusivamente à contratada a responsabilidade pela gestão, supervisão, direção técnica e disciplinar de sua equipe, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução contratual.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

7.1. Será de responsabilidade da empresa Contratada:

7.1.1. Executar integralmente os serviços contratados, em conformidade com este Termo de Referência e o contrato administrativo;

7.1.2. Planejar, organizar e executar as atividades de comunicação institucional de forma contínua, garantindo qualidade técnica, padronização e alinhamento às diretrizes da Administração;

7.1.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada, com profissionais aptos à execução dos serviços contratados;

7.1.4. Realizar suporte presencial mínimo de três (03) vezes por semana, conforme definido neste Termo de Referência, sem prejuízo de atendimentos extraordinários quando demandado;

7.1.5. Produzir conteúdo institucionais observando a identidade visual, linguagem oficial e orientações da contratante;

7.1.6. Realizar a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos institucionais, com edição e entrega do material em prazo compatível com a demanda;

7.1.7. Executar o monitoramento da presença digital do Município, com acompanhamento de métricas, engajamento e menções públicas;

7.1.8. Apresentar relatórios mensais de desempenho, contendo dados analíticos, indicadores e avaliação dos resultados;

7.1.9. Atender às solicitações da contratante dentro de prazos razoáveis, previamente alinhados, garantindo a tempestividade das entregas;

7.1.10. Corrigir, às suas expensas e de forma imediata, falhas ou inadequações apontadas pela fiscalização;

7.1.11. Disponibilizar, às suas expensas, todos os equipamentos, softwares, recursos tecnológicos e insumos necessários à execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, câmeras, sistemas de captação audiovisual e aeronaves remotamente pilotadas (drones), responsabilizando-se integralmente por sua operação, manutenção, substituição e regularidade de uso, não cabendo à Administração qualquer ônus, responsabilidade ou fornecimento de tais meios, ainda que em caso de falhas, indisponibilidade, danos ou necessidade de reposição;

7.1.12. A contratada será integralmente responsável pelo atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis à utilização de equipamentos específicos, inclusive no caso de uso de aeronaves remotamente pilotadas (drones), não recaindo sobre a Administração qualquer responsabilidade decorrente de seu uso;

7.1.13. Arcar com todos os custos necessários à execução contratual, incluindo deslocamentos, logística, tributos e encargos;

- 7.1.14. Manter canal de comunicação ativo e responsivo com a Administração;
- 7.1.15. Não transferir a terceiros a execução do objeto sem autorização prévia da Administração;
- 7.1.16. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- 7.1.17. Manter as condições de habilitação durante toda a execução contratual;
- 7.1.18. Cumprir a legislação aplicável, inclusive normas de segurança do trabalho e proteção de dados;
- 7.1.19. Responsabilizar-se integralmente pela gestão de sua equipe, não havendo vínculo com a Administração;
- 7.1.20. Ceder à Administração, sem ônus adicional, os direitos de uso, reprodução e divulgação dos conteúdos produzidos no âmbito do contrato;
- 7.1.21. Aceitar acréscimos ou supressões contratuais, nos limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021.
- 7.1.22. Outras obrigações constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

- 8.1. Encaminhar a Ordem de Fornecimento à Contratada de acordo com as suas necessidades;
- 8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado;
- 8.3. Receber e atestar os serviços executados, conforme critérios estabelecidos;
- 8.4. Efetuar o pagamento nos prazos e condições previstos;
- 8.5. Fornecer informações, diretrizes e orientações necessárias à execução dos serviços;
- 8.6. Disponibilizar acesso aos locais e às informações necessárias para execução das atividades presenciais;
- 8.7. Notificar a contratada sobre irregularidades, fixando prazo para correção;
- 8.8. Rejeitar serviços em desacordo com o contrato;
- 8.9. Realizar reuniões de alinhamento sempre que necessário;
- 8.10. Definir diretrizes institucionais de comunicação e validar conteúdos estratégicos, quando necessário;
- 8.11. Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para fabricantes, representantes ou terceiros.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS FISCAIS**

- 9. Todos e quaisquer ônus fiscais, oriundos de qualquer área de competência tributária que incidam ou venham a incidir sobre o presente contrato serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO**

- 10.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:
  - 10.1.1. GESTOR DO CONTRATO: **HAROLDO ANDRÉ BERNARDES**.
  - 10.1.2. Compete ao gestor do contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.
- 10.2. FISCAL DO CONTRATO: **RAFAEL MARTINS RAMOS COSTA**
  - 10.2.1. Compete ao fiscal do contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

10.2.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. A Gestão e Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. O fornecimento que constitui objeto do presente contrato não poderá ser subcontratado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

12.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 494 de 2021, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

12.2. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso/recusa, até o decimo dia, na entrega do material/produto/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material/produto encaminhada pela Administração;

12.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de mora por inexecução parcial do objeto contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial;

12.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inadimplência total;

12.2.5. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Caçu, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.2.6. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;

12.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO**

13.1. A rescisão do presente contrato terá lugar de pleno direito, independente de ação ou interpelação judicial, se a Contratada:

a) falir ou dissolver-se;

b) transferir, no todo ou em parte, o contrato e os direitos dele decorrentes;

c) entregar o objeto, com atraso superior ao prazo fixado na Ordem de Serviços;

d) tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do contrato;

e) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da Contratada;

f) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021;

g) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

13.2. O Contratante poderá a qualquer tempo alterar ou rescindir o presente contrato no interesse do serviço e na conveniência da Administração Pública, não cabendo à Contratada direito a qualquer indenização, salvo os pagamentos referentes ao item já entregue.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

14.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>01.64.24.131.0658.2.022 (162/2026) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.</b> <b>3.3.90.40.17 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) – PESSOA JURÍDICA.</b>	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

15.1. O presente contrato é regido pela Lei 14.133/2021, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico EXE nº 011/2026.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste contrato, elegem as partes o foro da Comarca de Caçu/GO, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, mandaram imprimir o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Caçu/GO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
HAROLDO ANDRÉ BERNARDES  
Município de Caçu/Gestor do EXECUTIVO  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
EMPRESA \*\*\*\*\*  
CNPJ Nº. \*\*\*\*\*  
CONTRATADA



**PREFEITURA DE**  
**CACU**  
CIDADE POLO ADM 2025-2028

---

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

---

Testemunhas:

1ª

\_\_\_\_\_  
CPF:

2ª

\_\_\_\_\_  
CPF: